

AO LONGO DOS 30 ANOS

Há ganhos significativos da participação da mulher na democracia multipartidária

- Representantes de diferentes organizações da sociedade civil, incluindo partidos políticos parlamentares e extra-parlamentares defenderam, semana passada, a necessidade de a mulher moçambicana consolidar os ganhos significativos conseguidos ao longo dos 30 anos desde a introdução da democracia multipartidária em Moçambique.

MAPUTO - Este posicionamento foi defendido, em Maputo, durante a mesa redonda sobre participação política das mulheres e jovens ao longo dos 30 anos de democracia multipartidária organizado pelo Fórum Mulher em parceria com o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), onde se avançou que a participação política da mulher não é assunto de hoje, mas desde antes da independência nacional.



De acordo com a antiga deputada da Assembleia da República, Isabel Casimiro, ao longo destes anos houve ganhos significativos que beneficiaram a mulher, dando como exemplo, o facto de o Parlamento ser dirigido, nos últimos mandatos por mulheres e ter pelo menos 107 deputadas pertencentes a diferentes partidos políticos, bem como o facto de a mulher estar em alguns órgãos de tomada de decisões a nível nacional.

"A nossa força colectiva nos permitiu isso, e com a independência tivemos mais ganhos dos quais, o direito de eleger e de ser eleitas, a abertura democrática multipartidária, a existência de instituições democráticas que contribuem para fortalecer os direitos humanos e da mulher, bem como o Estado de Direitos Democrático", disse Casimiro ajuntando que apesar destes ganhos há que se ter consciência de que a luta tem que ser continuada, tirando-se proveito de a mulher ser a maioria da população moçambicana e acreditar que é possível mudar e ter a mulher mais valorizada, tanto na política como nos lugares de tomada de decisão.

Por sua vez, Ivone Soares, activista social, entende que apesar dos avanços que se verificam na inclusão da mulher na política, ao longo dos 30 anos da democracia multipartidária, ainda há muito que se fazer,

sobretudo na esfera económica, "uma vez que a mulher ainda não é gestora de grandes empresas, como por exemplo o banco central, ainda não temos o rosto da mulher no nosso dinheiro e muito menos a assinatura desta".

"Eu penso que nestes 30 anos de democracia e 45 anos de independência nacional já é tempo de colocar a mulher naquelas áreas desafiantes em que a competência técnica da mulher é testada e desafiada", disse a activista social ajuntando que a exemplo do sector bancário onde apenas um banco é gerido por uma mulher.

Por sua vez, Lorena Mazive, Gestora de Projectos no IMD, sublinhou que a mulher como activista social, desempenha um papel fundamental para influenciar processos e procedimentos sociais e políticos. Contudo, afigura-se premente que na cadeia de influência, se considere como preponderante a presença quantitativa e qualitativa de mulheres nas instituições democráticas, porque é lá onde são aprovados os instrumentos de governação, as políticas e as leis.

"Se a mulher não estiver efectivamente representada, mostrando pujança na defesa de uma agenda de género, esta pode ser posta em causa.

Por esta razão é que se mostra oportuno e relevante discutir efusivamente modelos sociais e políticos alternativos e, capazes que contribuir para o incremento de mulheres em instituições de representação, bem como na consolidação da Paz e de uma Democracia mais inclusiva", disse Lorena Mazive recomendando a necessidade de maior interacção entre as lideranças partidárias e os braços juvenis e femininos dos partidos políticos como forma de promover maior aproximação entre as partes, bem como a promoção de debates internos nos partidos políticos sobre o contributo que os jovens e mulheres podem dar no processo governativo.



Para Lorena Mazive, pese embora ainda persistam barreiras culturais, económicas, políticas e legais em Moçambique, há avanços animadores em termos da presença numérica da mulher em órgãos de soberania e em instituições democráticas e de representação, contudo chama atenção o exercício dos direitos de participação política tanto de mulheres como de jovens, inclui também a participação em acções partidárias, bem como em instituições democráticas eleitas.

No encontro ficou patente que houve ganhos neste período pelo facto de a mulher ter sido emancipada o que contribuiu para que esta participasse nas decisões de fundo no país.

Quanto aos jovens, ficou assente que os partidos políticos devem deixar de usá-los apenas em momentos de campanhas eleitorais, para servirem de força para angariar massas, devendo também integrá-los no processo de tomada de decisão.

